

O Brasil e as três conferências das Nações Unidas sobre meio ambiente

Natália Couto de Oliveira

Mestranda PPGRJ/UERJ

nc_oliveira@hotmail.com

Paula Gomes Moreira

Mestranda PPGRJ/UERJ

paula_moreira_3@hotmail.com

Resumo

Este artigo trata da política externa brasileira por meio de sua participação nas três Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. Em Estocolmo, com a defesa irrestrita ao desenvolvimento e com o argumento de que o maior tipo de poluição é a pobreza. No Rio de Janeiro, onde houve uma maior participação da sociedade em virtude do processo de redemocratização do país. E, finalmente, em Joanesburgo, onde o Brasil se consolida como um grande defensor do desenvolvimento sustentável, busca espaços para ampliar a sua influência no cenário internacional e obter uma imagem de “potência verde”. Para entender o posicionamento do Brasil nas questões ambientais é necessário conhecer a trajetória de seu desenvolvimento, visto que no momento em que surgem as primeiras preocupações com o meio ambiente nos países centrais, tem-se um país de terceiro mundo buscando o crescimento por meio do processo de industrialização por substituição de importações. Além disso, faz-se necessária a sua contextualização com as transformações políticas pela qual passava o mundo naquele momento de crescente preocupação com o esgotamento dos recursos naturais e de surgimento de novas alternativas de preservação ambiental. Como resultado, tem-se uma análise contemporânea de questões que há séculos questionam a condição humana.

Palavras-chaves: Brasil, Política Externa, Rio+92, Conferência de Estocolmo, Cúpula de Joanesburgo

Abstract

This paper is concerned with the Brazilian foreign relations through its participation at the Three United Nations Conferences about Environment. In Stockholm, with the unrestricted defense of development and the argument that the greatest type of pollution is poverty. At Rio de Janeiro, where there was a major social participation because of the country's political redemocratization process. And finally, in Johannesburg, where Brazil reaches a consolidates a position as a defender of sustainable development and tries to enlarge its influence on the international scene as a “green power”. To understand the country's position on environmental questions it is necessary to know the path of its development, because at the moment when the first concern about this topic emerges at the central countries, Brazil is a Third World country trying to grow through import substitution. Furthermore, Brazil's position must be understood within the context of world's increasing understanding of the need to conserve resources.

Key words: Brazil, Environment, Foreign Relations, Rio+92, Stockholm Conference, Johannesburg Dome

1.Introdução

O Brasil é ator central nas discussões das questões ambientais, não só por sua política externa bastante ativa nos fóruns sobre o tema, mas principalmente por ser um país rico em recursos naturais e constituir a maior biodiversidade do planeta. Durante algum tempo, o país foi refém de sua própria opulência. Na tentativa de transformar o país numa potência mundial, a questão ambiental geralmente era negligenciada. A abundância de recursos e território criava a falsa ilusão de um destino manifesto de potência e a trajetória mais natural para o êxito parecia a exploração indiscriminada dos recursos naturais. Segundo Lílían C. B. Duarte,

Nos cálculos para a transformação do Brasil em potencia mundial, um elemento permaneceu constante ao longo da História: a vantagem de poder contar com a opulência dos recursos naturais. [...] A exploração ilimitada, indiscriminada, desses recursos parecia, portanto, a trajetória mais natural para o êxito. (2007, 7).

Para entender o posicionamento do Brasil nas questões ambientais é necessário conhecer a trajetória de seu desenvolvimento, visto que no momento em que surgem as primeiras preocupações com o meio ambiente nos países desenvolvidos, tem-se um país em desenvolvimento buscando o crescimento através do processo de industrialização por substituição de importações. Os moldes que embasavam esse processo eram os mesmo utilizados pelas grandes potências para atingir seu patamar de riqueza. Ou seja, era um modelo capitalista clássico de industrialização, baseado na produção em massa sustentada por fontes fósseis de energia, em sua grande maioria.

O Brasil é um exemplo singular do modelo de desenvolvimento por substituição de importações. Em algumas áreas do país, o desenvolvimento alcançado o coloca entre os países ricos – que, em relação ao meio ambiente, sofrem com algumas características mais específicas neste grupo de países, tais como a superexploração de recursos, a poluição e o consumo exacerbado –, em outras áreas há necessidade de recursos básicos como saneamento e habitação, o que o posiciona como país pobre e que necessita se desenvolver. Essa situação interna provoca posicionamentos às vezes conflituosos em sua política externa.

Com relação às questões ambientais, o posicionamento brasileiro sempre foi a favor do desenvolvimento. Inicialmente, em favor do desenvolvimento em oposição ao meio ambiente e, atualmente este embate se desenrola em favor do desenvolvimento sustentável, visando um desenvolvimento que preserve os recursos para as gerações futuras. Essa mudança se deu paulatinamente conforme foram se encaminhando as conjunturas internas e externas. A trajetória brasileira ao longo do caminho do desenvolvimento sustentável, muitas vezes, se mostra um pouco tortuosa e vai da defesa do desenvolvimento econômico em contraposição ao meio-ambiente até o posicionamento do país com as metas mais ambiciosas para conter o aquecimento global.

Deve-se ter em mente, ainda, o fato de que para países como o Brasil, se torna cada vez mais necessário adotar, em sua política externa com relação à área ambiental, atitudes incisivas, para que interferências externas, que tentam impor a sua própria autoridade, não se legitimem ideologicamente e que as políticas sejam exercitadas dentro de suas fronteiras ou de seu espaço.

O objetivo desse trabalho é contar a trajetória da política externa brasileira, através do

seu posicionamento nas três grandes Conferências sobre Meio Ambiente das Nações Unidas. Em Estocolmo, com a defesa irrestrita ao desenvolvimento e com o argumento de que o maior tipo de poluição é a pobreza. No Rio de Janeiro, onde houve a participação da sociedade após o processo de redemocratização do país e o posicionamento diplomático tinha por objetivo melhorar a imagem do Brasil em relação à questão ambiental. E em Joanesburgo, onde o Brasil se consolida como um grande defensor do desenvolvimento sustentável busca espaços para ampliar a sua influência no cenário internacional e visa obter uma imagem de “potência verde”.

2. Desenvolvimento

2.1 Questões ambientais na agenda internacional: uma abordagem histórica

Os problemas ambientais não são algo novo. As sociedades humanas há tempos têm modificado o ambiente por meio de diferentes ações. Sua tendência à exploração de recursos como se estes fossem inesgotáveis – tem levado a desastres – inclusive com a perda de comunidades inteiras, como as queimadas, inundações e secas. Através da história humana é possível observar que os impactos da exploração e poluição tem se mostrado tipicamente locais. As comunidades tendem a escapar das consequências de suas ações no meio, através da fuga para outras regiões ainda não exploradas. Porém, a difusão da industrialização e o rápido crescimento da população mudaram esse quadro. Danos severos ao meio ambiente e a incansável exploração dos recursos naturais tornaram-se mais comuns em várias partes do mundo. Assim, em meados do século XX, os impactos dessas ações tornaram-se globais.

As origens das questões ambientais remontam, primeiramente, como um foco da política internacional no século XIX em função

dos acordos internacionais de administração de recursos aquíferos, flora, fauna e alimentos, em especial. Como exemplo das iniciativas envolvendo a questão das águas, pode-se citar: as Comissões de rios para o Reno e Danúbio. As Comissões do Reno e Danúbio foram autorizadas pelo Tratado de Paris (1856) após o encerramento da Guerra da Criméia. Uma dessas comissões internacionais, a mais bem sucedida, foi a Comissão Europeia do Danúbio, que foi originalmente concebida para durar apenas dois anos e em vez disso, durou 82 anos. Tinha como objetivo principal, prover arranjos que facilitassem o uso econômico dos rios e passagens fluviais.

Em seguida foi criada a Organização Internacional Marítima (OIM) em 1948 que visava facilitar a navegação internacional e promover a segurança nos mares; mais tarde em 1954, a OIM foi responsável por implementar um tratado marco em relação à poluição marítima: a Convenção para Prevenção da Poluição do mar pelo óleo. Foi a primeira Convenção internacional para tentar prevenir a poluição do mar por óleo de navios petroleiros mediante a descarga de óleo ou mistura de óleo por navios dentro de zonas proibidas.

Em relação à flora, o primeiro tratado internacional foi assinado em Berne, em 1889.¹ Tinha como preocupação principal prevenir a propagação da doença *Phylloxera vastatrix* que ameaçava destruir as vinícolas europeias. Em meados dos anos de 1920 e 1950, outros acordos regionais surgiram com preocupações semelhantes ao de Berne e visavam à manutenção da boa qualidade dos estoques e das plantas cultivadas através de ações de restrição de importações ou criação de bancos de genes saudáveis.

A primeira convenção para proteção da

1 Para uma discussão mais detalhada ver: Victor David G. et alii. “The implementation and effectiveness of International Environmental Commitments: Theory and Practice”, International Institute for Applied Systems Analysis, Austria, 1998, p.68.

fauna surgiu em função da crescente preocupação com a agricultura. Os signatários da Convenção para a Proteção de Aves Úteis à Agricultura assinado em Paris em 1950 tinham em mente o perigo que representava o extermínio de certas espécies de aves para a agricultura e a preocupação com a diminuição das mesmas, especialmente as espécies migratórias; além disso, era de interesse da ciência e também da economia de cada nação, a proteção da natureza, de modo que, todas as aves deveriam, em princípio, ser protegidas.

Em 1945, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) foi criada. Surgiu com a missão de trabalhar para assegurar que todas as pessoas no mundo tivessem alimentos suficientes para consumo pessoal. Além disso, havia um esforço para que um dia ninguém morresse de fome ou desnutrição, ou seja, as mesmas fossem erradicadas e também para que não houvesse a destruição do meio ambiente em atividades relacionadas à agricultura e alimentos.

Foi somente em 1960 que as primeiras preocupações com poluição e preservação surgiram, particularmente nos países desenvolvidos. O livro de Rachel Carson cujo título é *Primavera Silenciosa*, não apenas estimulou uma preocupação muito grande com relação ao uso dos chamados DDTs² e outros pesticidas, como também, foi um impulso ao moderno debate sobre meio ambiente. Outros problemas ambientais foram surgindo ao longo da década. Em 1963, a sensibilização em torno das sequelas em função da exposição à radioatividade contribuiu para a finalização dos testes na atmosfera com ogivas nucleares; o crescimento da conscientização em torno da poluição dos mares foi estimulado em

2 O DDT (sigla de Dicloro-Difenil-Tricloroetano) é o primeiro pesticida moderno, tendo sido largamente usado após a Segunda Guerra Mundial para o combate aos mosquitos causadores da malária e do tifo.

função de muitos desastres com derramamento de óleo; a poluição atmosférica ganhava maior atenção em lugares como a Escandinávia e o Canadá, onde o processo já começava a deixar marcas em florestas e em ecossistemas existentes em lagos.

Todas essas preocupações ambientais aparecem primeiramente nos chamados países do Norte. Eram eles os mais afetados pelas questões ambientais no fim da década de 1960 e início dos anos 1970. Nessa época, países como o Brasil não produziam o nível de poluição que os países do Norte e suas preocupações ambientais estavam mais ligadas a questões como o saneamento básico e a urbanização das cidades. Além disso, as reclamações da sociedade dita de primeiro mundo apareciam de forma unilateral e heterogênea.

Foi preciso anos de convivência com um ambiente poluído, de forma que essa poluição afetasse a sociedade civil para que surgisse a I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, em 1972, em resposta ao dramático apelo internacional surgido no fim da década de 1960.

2.2 Conferência de Estocolmo:

Na década de 1970, o Brasil vivia sob um regime ditatorial que centralizava as decisões políticas em um núcleo restrito, alijando a sociedade civil de qualquer forma de manifestação. No mesmo momento ocorria a détente entre as duas grandes potências mundiais, onde o planeta experimentou um enfraquecimento das tensões bipolares da Guerra Fria. Tal situação era favorável para uma postura mais ativa do mundo em desenvolvimento, posição na qual o Brasil se encaixava. É nesse momento também, que ficam mais claros os conflitos do eixo Norte/

Sul (desenvolvidos x em desenvolvimento) em detrimento dos conflitos Leste/Oeste (capitalismo x comunismo).

Dentro desse cenário de pressão interna e descompressão externa, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – em Estocolmo, Suécia – na qual o Brasil teve um papel central como representante dos interesses dos países do Sul. Os antecedentes da Conferência já apontavam para um provável conflito Norte/Sul. Eles remetem ao surgimento do trabalho *The Limits to Growth*, publicado pelo Clube de Roma.³ Tal publicação apresentava uma visão pessimista do desenvolvimento humano em função dos recursos naturais, recomendava a passagem do perfil de crescimento econômico para o perfil de equilíbrio e clamava por alterações drásticas em torno do crescimento demográfico. Ou seja, ia contra todo o objetivo desenvolvimentista brasileiro, principalmente no que tange à ocupação territorial idealizada pelo governo militar, além de desagradar aos países desenvolvidos industrializados, com a proposta de “crescimento zero” apresentada neste Relatório.

De acordo com Carlos Milani, “*da perspectiva dos países em desenvolvimento, a adoção pelos países industrializados, do critério ecológico nas políticas de desenvolvimento não seria compatível com a necessidade de crescimento econômico.*” (1998, 313) Isso logo ficou claro, já nos preparativos para a Conferência, com a formação de um comitê preparatório composto por 27 países inclusive o Brasil.

Desde o início, houve a resistência dos

³ *Foro de discussão concebido pelo industrial italiano Aurélio Peccei, e patrocinados por grandes empresas como a FIAT e a Volkswagen, que reuniam cientistas, acadêmicos, economistas, industriais e membros de instituições públicas de países desenvolvidos. Tal foro de discussão mostrou que a preocupação com o meio ambiente atingia grande parcela da sociedade e, principalmente, alguns decision makers, conscientes das implicações políticas e econômicas de uma mudança de paradigma nessa área.*

países em desenvolvimento com os rumos em que se desenhava a Conferência. Para esses países, a eliminação da pobreza deveria ser a prioridade máxima do homem e o desenvolvimento econômico estava acima das preocupações ambientais. Além disso, a Conferência explicitou mais do que uma oposição entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, mas também um embate entre uma visão desenvolvimentista e uma visão de cunho ambiental.

O fator determinante para obter o apoio dos países em desenvolvimento foi a decisão de convocar o Grupo de Peritos sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, que se reuniu em Founex, na Suíça, em junho de 1971. André Correia do Lago afirma que o encontro em “*Founex foi determinante para a definição do foco que teria a Conferência. [...] [mudando] o rumo das negociações de meio ambiente de um modo geral, ampliando de forma significativa a relevância do debate ambiental para os países em desenvolvimento.*” (2006, 37) O relatório obtido em Founex articulava as relações essenciais entre meio ambiente e desenvolvimento e forneceu o suporte intelectual e a base para políticas com vistas à Conferência de Estocolmo.

O objetivo brasileiro na Conferência era remover obstáculos ao seu crescimento na esfera internacional, e logo o país ganharia o status de vilão de Estocolmo. As teses brasileiras levadas a Conferência podem ser assim resumidas:

A poluição não é um conceito absoluto (como a soberania), mas relativo, e se a interferência humana sobre o meio ambiente fosse tomada em termos absolutos, seria necessário eliminar a humanidade; os países em desenvolvimento não são poluidores, apenas possuem pequenos custos de poluição; nos países menos desenvolvidos, a degradação ambiental deriva da pobreza, que origina fenômenos como erosão do solo, favelas e queimadas. Com o

crescimento econômico, a poluição da pobreza pode ser corrigida, e uma parcela do bolo pode ser destinada à correção da poluição da afluência (como é designada a poluição resultante do consumo dos países desenvolvidos). Por um lado, gastos com meio ambiente são ilegítimos quando representam desvios de fundos que seriam destinados ao crescimento econômico; por outro, sempre que altos níveis de renda são atingidos, a proteção ao meio ambiente se torna prioridade; finalmente a principal responsabilidade para com a proteção do meio ambiente é dos países desenvolvidos, e a principal responsabilidade dos subdesenvolvidos é atingir altos níveis de desenvolvimento. (DUARTE, 2007, 18).

Como essas posições aglutinavam os interesses dos países do Sul, o Brasil acabou sendo o seu principal representante. Além disso, o país acabou por sair fortalecido da Conferência pois conseguiu atingir seu objetivo central de colar o tema ambiental à agenda desenvolvimentista, o que mais tarde originaria a ideia de desenvolvimento sustentável.⁴ Apesar desse feito, é notório o efeito negativo que teve a posição brasileira frente à comunidade internacional. Por muitos anos o Brasil teve que lutar contra o estigma de grande poluidor e destruidor ambiental. Esse quadro só mudaria 20 anos mais tarde, com a RIO-92.

2.3 A década de 1980 e a Conferência do Rio:

A década de 1980 inicia-se em meio a uma crise sistêmica da economia mundial em consequência das duas crises do petróleo que provocaram a chamada estagflação⁵ nos países

4 O conceito de desenvolvimento sustentável foi uma resposta dos países industrializados e do sistema industrial capitalista para evitar uma proposta de “ruptura” com este sistema que, no contexto da Guerra Fria, poderia significar uma guinada ao “socialismo”. O conceito foi desenvolvido a partir da ideia de “eco desenvolvimento” de Ignacy Sachs.

5 Recessão, caracterizada pela diminuição das atividades econômicas e aumento dos índices de desemprego, somada a elevados índices de inflação, além da insuficiência de instrumentos econômicos que retirem a economia da estagnação

centrais e a crise da dívida⁶ nos países periféricos. Além disso, o conflito Leste/Oeste volta a ganhar força depois da ascensão do presidente Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Surge daí um enfraquecimento das ações multilaterais propagadas pela década anterior, inclusive o enfraquecimento do meio ambiente no interesse mundial.

A questão ambiental só será retomada no fim da década, devido a vários eventos que contribuíram para uma retomada da consciência ecológica por parte da sociedade civil. Tais eventos culminaram num “verdadeiro boom de iniciativas ambientais, particularmente por conta de catástrofes provocadas pela atividade humana e por mudanças climáticas [além do efeito alarmante, nos países do Norte, da redução da camada de ozônio]”. (MILANI, 1998, 315)

Todos esses eventos denotam a transformação do escopo ambiental na sociedade: de problemas locais para nacionais e, a partir daquele momento, mundiais. Os problemas ambientais passaram a ter uma percepção que transpassava o nível transfronteiriço, ganhando um escopo global, ou seja, houve a percepção de que os problemas enfrentados pela humanidade, além de terem se tornado mais agudos nas últimas décadas, tinham saído da esfera do local e alcançado o âmbito mundial. É dessa época a confirmação de vários fenômenos ecológicos globais (como chuva ácida, desertificação, redução da camada de ozônio e mudanças climáticas). Mas foi principalmente após a explosão de Chernobyl (1986) e o assassinato de Chico Mendes (1988) que o movimento ambientalista ganhou força novamente.

Um passo definitivamente importan-

6 Crise que assolou os países em desenvolvimentos que tomavam empréstimos a juros pós-fixados na década de 1970, época da abundância de petrodólares no mercado mundial. Após a elevação dos juros nos países centrais, como medida para conter a estagflação, a dívida contraída por esses países torna-se muito elevada, prejudicando o desenvolvimento econômico, e importando a crise dos países centrais.

te para a construção de um consenso ambiental internacional foi a publicação do Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecido como Relatório Brundtland, em 1987. Tal relatório preparou o caminho para a Conferência do Rio de Janeiro, incorporando à agenda ambiental a definição de desenvolvimento sustentável⁷. Essa foi uma vitória particular para o Brasil, que sempre desejou vincular o desenvolvimento à questão ambiental.⁸

Diferentemente dos impasses provocados em Estocolmo em 1972, o Brasil adota uma postura proativa na questão ambiental no início da década de 1990, a começar por sua proposta de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que acabou conhecida como RIO-92. O pensamento do governo era que, politicamente e em matéria de imagem, o país tinha mais a ganhar do que a perder ao tomar essa decisão que representava altos riscos. Internamente, o país estava vivendo um momento conturbado, com a primeira eleição direta para presidente da República e, posteriormente, com a instabilidade política do presidente Collor de Mello.

Para muitos autores, o governo Collor representa uma ruptura com o consenso de política externa vigente desde a Política Externa Independente do início da década de 1960 (com exceção do curto período do governo Castelo Branco). Houve o rompimento da política autonomista das décadas anteriores e um direcionamento ao alinhamento com os valores do primeiro mundo. E mesmo com a gestão de Celso Lafer como chanceler, retomando a política de não alinhamento em 1992, muito do discurso an-

terior foi mantido, como a adesão do Brasil às normas e regimes internacionais, isto é, participação nos foros e incorporação dos novos temas à sua agenda internacional (como meio ambiente, direitos humanos, tecnologias sensíveis e liberalismo econômico).

Com esse perfil mais aberto às questões internacionais, o Brasil inicia a década de 1990 com a responsabilidade de sediar a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A expressão “Espírito do Rio”, com que o Secretário Geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, qualificou os resultados da Conferência, permite vislumbrar a natureza de um novo contrato social, ali proposto, para o desenvolvimento das relações internacionais.

A realização da Conferência no Brasil mostra que a questão ambiental não era mais considerada um tema só dos países desenvolvidos, mas uma questão que necessitava de um engajamento coletivo da comunidade internacional. A diferença central entre a Conferência de Estocolmo e a do Rio de Janeiro, era a recusa em se tratar a temática ambiental isoladamente, como havia ocorrido em Estocolmo 20 anos antes. A proposta agora era que o meio ambiente não poderia ser desvinculado das necessidades de desenvolvimento.

Outra grande diferença entre as duas Conferências foi a grande participação da sociedade civil nos debates, principalmente no Brasil, onde foi criado um fórum de discussão prévio entre o governo e a sociedade para formar a agenda do país na Conferência, deixando o debate ambiental mais rico. Isso seria impensável no período da ditadura, onde o governo centralizou todas as questões de política externa. Para André Aranha Corrêa do Lago,

Estes temas, provenientes muitas ve-

7 O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes de uma sociedade sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

8 Vide relatórios CEPAL sobre desenvolvimento na América Latina, ruptura do conceito de desenvolvimento integrado/integral praticado pela ONU no pós guerra.

zes da agenda internacional, e introduzidos de maneira parcial e “de cima para baixo” na agenda interna, passaram a ser discutidos “de baixo para cima”, graças à maior participação da sociedade civil nos planos político, social e econômico. Assim, o meio ambiente conquistou, progressivamente, maior legitimidade nos países em desenvolvimento. (2007, 55).

Para a diplomacia brasileira, a ideia de sediar uma Conferência da ONU para o meio ambiente era vista como uma forma de melhorar a imagem no país no exterior, que já estava desgastada devido às questões ambientais, aliadas às dificuldades financeiras e à desaceleração da economia. Mesmo assim, o Brasil estava longe de ter uma posição de alinhamento aos países desenvolvidos. “as mudanças na posição brasileira davam-se muito mais pelas circunstâncias internas, em função da redemocratização e da nova *Constituição*.” (LAGO, 2007, 153).

O pensamento brasileiro sempre foi o de que os países ricos eram os principais responsáveis pelas ameaças globais ao meio ambiente, todavia, com a redemocratização, o Brasil assumia perante sua sociedade civil a parcela de responsabilidade que lhe cabia em relação aos problemas ambientais e a forma de combatê-los. Ainda assim, o país continuaria a defender que “o desenvolvimento econômico era o melhor caminho para lidar com os problemas ambientais e que a soberania sobre seus recursos naturais era indiscutível⁹” (LAGO, 2007, 153).

Para o Brasil, a Conferência do Rio era de extrema importância, pois era uma forma de resguardar os princípios pelos quais o Brasil ha-

⁹ A posição do Brasil em relação a sua soberania ficou evidenciada na questão das florestas. A posição dos países desenvolvidos era de transformar as florestas tropicais em bens comuns globais, o que prejudicaria diretamente a soberania nacional em relação à Amazônia. O argumento era de que os países em desenvolvimento não tinham condições de cuidar de tais bens, que possuíam uma grande biodiversidade a ser explorada e cuja destruição provocaria quantidades preocupantes de emissões de gases do efeito estufa. O Brasil contra argumentava que as florestas não eram capazes de absorver a quantidade de gases lançados na atmosfera pelos países desenvolvidos e ainda que esse argumento ia contra todos os princípios de soberania acordados em Estocolmo.

via lutado em Estocolmo, além de buscar a reversão da imagem e do quadro de intenso desmatamento da floresta Amazônica neste período (fato que chamou atenção da comunidade internacional). O próprio título da Conferência, de certa maneira, homenageava o Relatório de Founex, já que fazia alusão a meio-ambiente e desenvolvimento. Como anfitrião, o Brasil deveria manter posições firmes, mas sem perder o foco de que sua atuação deveria levar em conta a necessidade de se chegar a um consenso. Esse consenso significaria o sucesso da Conferência e, sobretudo, do Brasil, melhorando a imagem externa do país.

Foram discutidos e assinados cinco documentos na RIO-92, entre eles a Convenção sobre Mudanças Climáticas e a Agenda 21.¹⁰ Estes documentos demonstraram inevitavelmente um novo embate Norte/Sul, e da mesma forma que em Estocolmo, os países em desenvolvimento conseguiram se articular e obter resultados positivos. Ainda assim, tanto países desenvolvidos quanto países em desenvolvimento podem dizer que saíram satisfeitos da Conferência. Os primeiros por não se comprometerem definitivamente com nada e os demais por obterem a inter-relação definitiva entre meio ambiente e desenvolvimento. A RIO-92 foi responsável pela aceitação dos países centrais de conceitos como “responsabilidades comuns, mas diferenciadas” e “direito ao desenvolvimento”, além de “*desenvolvimento sustentável*”.

O principal documento obtido na Conferência do Rio foi a Agenda 21. Este documento entende o desenvolvimento como sendo baseado em três pilares: o econômico, o social e o ambiental. As medidas propostas pela Agenda ressaltam a sustentabilidade e foram criadas com a intenção de aplicação por todos os países. Porém,

¹⁰ A Agenda 21 foi um plano de ação definindo diretrizes gerais para implantação do desenvolvimento sustentável, tem caráter diverso dos tratados, convenções e declarações firmadas na Conferência do Rio em 1992.

o mais discutido dentro da Agenda foi a questão financeira, que opôs países desenvolvidos e em desenvolvimento. O que ficou acordado de fato foi uma decisão já acordada em Estocolmo que era a contribuição dos países desenvolvidos com 0,7% do seu PNB¹¹ para o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento, com um horizonte indefinido para o seu cumprimento. Ao final da Conferência, o prazo de cumprimento estabelecido foi “tão cedo quanto possível”.

Outro acordo importante da RIO-92 foi a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), que tem como objetivo a estabilização da concentração de gases do efeito estufa na atmosfera a níveis seguros para a manutenção da vida no planeta. Como em 1992 as incertezas científicas em torno do aquecimento global eram muitas, a negociação de metas para a redução dos gases do efeito estufa foi difícil. Tais dificuldades persistem até hoje, devido aos impasses entre os países que apóiam a redução dos gases e os países que são contra qualquer alteração no seu padrão de consumo energético.

Com a aprovação da Convenção-quadro, o mundo ficou dividido em três: os países em desenvolvimento, que esperavam recursos financeiros e transferência de tecnologia, para tomar as medidas necessárias à mitigação das mudanças climáticas, com base no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas; os países desenvolvidos que haviam progredido na diminuição das emissões; e outros países desenvolvidos grandes consumidores de petróleo apoiado pelos países exportadores de petróleo, que não achavam viável atingir as metas sugeridas sem grandes sacrifícios econômicos.

A questão climática não foi diretamente solucionada no Rio e evoluiu de forma complexa

até Joanesburgo. Em 1992 o que se conseguiu foi apenas a aprovação de um acordo básico e genérico (convenção-quadro) com compromissos vagos. Este foi seguido de protocolos nos quais são especificadas metas e compromissos na área financeira e de transferência de tecnologia. O grande resultado em relação ao clima viria mais tarde com a assinatura do Protocolo de Quioto na 3ª Conferência das Partes.¹²

A Conferência do Rio suscitou intensos debates e, apesar de todos os impasses que poderiam impedir a formação de um acordo, este foi obtido, satisfazendo relativamente tanto a países desenvolvidos quanto a países em desenvolvimento. A declaração do Rio incluía 27 princípios que conseguiam “resumir, com surpreendente concisão, muitas das mais importantes questões que dividem os interesses e preocupações dos países desenvolvidos, em desenvolvimento e com economias em transição na área ambiental.” (LAGO, 2004, 12).

A participação brasileira na Conferência foi bem sucedida. De acordo com Lillian C. B. Duarte, “Para o Brasil a Conferência do Rio permanece como um marco das relações multilaterais e um êxito diplomático que correspondeu às expectativas e objetivos.” (2003, 43) O Brasil atuou em defesa do desenvolvimento e da soberania nacional e buscou articular posições em prol de consensos. Mas o seu maior êxito foi ter conseguido modificar sua imagem no exterior, passando de grande vilão ambiental à grande defensor do desenvolvimento sustentável.

Após a Conferência, a posição Brasileira continuou a ser a da defesa do desenvolvimento para os países mais pobres e a mudança no padrão de consumo dos países mais ricos. Isso fica evidente na opinião brasileira sobre as mudan-

¹² Os países membros da Convenção-Quadro sobre mudança do Clima reúnem-se periodicamente em reuniões chamadas Conferência das Partes (COP). Até o fim deste trabalho haviam ocorrido 16 COP.

¹¹ Produto Nacional Bruto

ças climáticas, onde o país defende que os países desenvolvidos devem incorrer nos maiores custos para a mitigação dos efeitos do aquecimento global, já que historicamente são esses os países responsáveis pelo maior lançamento de gases do efeito estufa na atmosfera. Essa opinião foi mantida nas Conferências das Partes e na assinatura do Protocolo de Quioto.

2.3.1 Entrada em vigor das Convenções assinadas no Rio

Ainda que considerada um sucesso, a RIO-92 só pode ter seu impacto medido através dos acordos e convenções subsequentes ao evento. A Convenção-quadro acerca da biodiversidade estabeleceu objetivos básicos, normas, instituições e procedimentos de coordenação das atividades internacionais nesse campo. Incluindo-se procedimentos regulares de revisão dos compromissos assumidos e ações de desenvolvimento de outras regras e instituições que fossem consideradas necessárias à manutenção da convenção pelos seus membros.

Inicialmente, as obrigações assumidas pelos países-membros eram muito vulneráveis. Na tentativa de chegar a um acordo a tempo para a RIO-92, muitas questões foram deixadas de lado ou atenuadas. Em consequência, muitas instituições chave, regras e ações necessárias ao bom funcionamento do acordo acabaram por ficar de fora da convenção e não chegaram nem mesmo a entrar em operação. No caso da Convenção sobre a Biodiversidade, mesmo os objetivos e as prioridades a serem estabelecidas pelos atores permaneceram sem um destino claro.

Assim, para que um acordo venha ser de fato um meio de transformação da realidade que ele pretende modificar, é preciso, antes, que ele passe por um processo de ratificação por um número mínimo de países assinantes. A Convenção

para o Clima, por exemplo, necessitava da assinatura de 50 países para poder entrar em vigor. A ratificação, portanto, “é um processo que envolve as legislaturas das nações envolvidas onde cada um responde legalmente pela assinatura do tratado” (GREENE, 2008, 470). Esse processo leva algum tempo até que todos os países ratifiquem o tratado e ele entre em vigor. No caso da Convenção-Quadro das mudanças climáticas, o número mínimo de países necessários para colocá-la em vigor só foi alcançado no ano de 2004, o que prejudicou muito as medidas em torno do desenvolvimento de políticas de mitigação da mudança climática.

Outro aspecto importante da RIO-92 foi a sucessão de reuniões de Cúpula em assuntos específicos que se deram depois de finalizado o evento. Dentre elas, pode-se citar a reunião sobre população e desenvolvimento (Cairo, 1994), desenvolvimento social (Copenhague, 1995), os direitos e deveres das mulheres (Beijing, 1995), e o desenvolvimento urbano (Istambul, 1996).

O significado desses encontros para os países em geral é controverso, porém, eles ajudaram na promoção de uma consciência política e de uma preocupação maior de setores da sociedade, além de ajudar no desenvolvimento de redes de especialistas nas Organizações Não-Governamentais, por meio de autoridades locais e de movimentos sociais. Isto é importante, visto que, muitas vezes, tais redes constituem-se como alternativas mais eficazes no tratamento de determinadas questões em comparação com acordos-quadros, que envolve um grande número de países e levam certo tempo até que sejam capazes de promover mudanças substanciais.

Muitos questionam, em especial o autor Owen Greene, a capacidade das instituições em promover a Agenda 21 lançada na Conferência do Rio, argumentando que ela “teve alcance li-

mitado e impacto marginal sobre os processos econômicos e sociais que guiam os modelos *de desenvolvimento*” (2008, 473). Isto é importante, pois discutir “as relações entre meio ambiente e desenvolvimento implica discutir as relações de produção, ou seja, o inter-relacionamento que os seres humanos estabelecem no mundo do trabalho através da incorporação via progresso técnico, da *natureza*” (GUIMARÃES, 1994, 201).

As convenções para além de um esforço de cooperação entre os países refletem o esforço, por parte dos países em desenvolvimento, para, confrontados com uma agenda internacional cada vez mais densa, voltada para a proteção em termos absolutos, do meio ambiente num sentido global do termo, de articular seus próprios interesses na matéria. Já havia a percepção de que os problemas ambientais não podiam ser dissociados dos problemas próprios do desenvolvimento.

Isto é significativo porque, desde a época da Conferência de Estocolmo em 1972, os países em desenvolvimento, muitos dos quais egressos de processos recentes de independência não puderam esboçar uma reação à altura do poder de articulação, consideravelmente maior, dos desenvolvidos. A ênfase estava posta nos aspectos técnicos da poluição provocada pela explosão demográfica e pela intensificação do processo de crescimento urbano. Assim, de acordo com Roberto P. Guimarães (1994, 204) não deve surpreender o alto grau de resistência demonstrado pelos países do Terceiro Mundo naquele momento.

Na prática, muitas das iniciativas políticas internacionais de resposta aos problemas relacionados ao meio ambiente nesse momento estavam focadas na questão do desenvolvimento, cumprimento e efetividade dos regimes ambientais internacionais. Neste contexto, um regime internacional de meio ambiente pode ser definido como “um acordo internacional ou uma institui-

ção social com alguns acordos definidos sob a forma de normas, regras, processos de decisão e programas que governam as atividades e moldam as expectativas dos atores num tema específico da área ambiental.” (GREENE, 2008: 461).

De forma mais ampla, o espaço ocupado pelo meio ambiente na agenda contemporânea após a Conferência do Rio, longe de ser exclusivo, permeava como reflexo imediato de seu conteúdo ideológico, praticamente todo o resto dessa agenda: direitos humanos, população, transportes, mecanismos de integração regional, energia nuclear, mar e espaço, relações financeiras, o que lhe dava um caráter multidisciplinar.

2.4 Cúpula de Joanesburgo:

A terceira grande Conferência sobre meio ambiente das Nações Unidas ocorreu em Joanesburgo no ano de 2002 com o nome de Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável e ficou conhecida como RIO+10. Essa Conferência, além de suceder crises econômicas que colocaram em cheque o modelo neoliberal defendido pelos Estados Unidos, ocorreu logo após os atentados de 11 de setembro de 2001, ou seja, num período de descrença nos órgãos multilaterais e num momento onde a temática ambiental dava lugar aos temas econômico e militar em grande parte dos países participantes.

A Conferência tinha por objetivo por em prática o que tinha sido acordado no Rio de Janeiro e nunca tinha saído do papel. “Em 1997 [...] quando se realizou a primeira avaliação dos resultados da Conferência e da *implementação da Agenda 21, descobriu-se que, entre as metas acordadas poucas tinham sido atingidas.*” (DUARTE, 2003, 47) Um desses acordos era a contribuição dos países ricos com 0,7% de seu PNB para projetos de desenvolvimento nos países pobres, que além de não ter sido cumprido

pela maioria dos países ricos ainda foi reduzido na maioria dos países doadores.

Outra área preocupante é a que representa a redução dos gases do efeito estufa, estabelecida pelo protocolo de Quioto, que indicava uma redução de pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990 para os países industrializados entre 2008 e 2012. Mas os Estados Unidos, responsáveis por 25% das emissões desses gases, se recusaram a assinar o Protocolo de Quioto, o que impediu que qualquer iniciativa contra o aquecimento global pudesse obter resultados efetivos. A alegação americana para tal posição é a de que países como China e Brasil ficariam isentos da necessidade de diminuir suas emissões, o que seria prejudicial economicamente para o país.

É verdade que se acredita que a China, que vem tendo crescimento impressionante, aumente suas emissões nos próximos anos devido ao aumento da queima de carvão e petróleo, mas a acusação é enganadora quanto ao Brasil, que possui matriz energética de característica predominantemente limpa (DUARTE, 2003, 49).

Com o início do governo de George W. Bush, apoiado maciçamente pela indústria petrolífera, qualquer perspectiva de concordância com o Protocolo de Quioto foi definitivamente afastada. Somado a isto, tem-se a percepção por parte do governo americano de que o tema ambiental ficou em segundo plano, frente aos perigos do terrorismo internacional. Formou-se assim, um quadro prejudicial para que qualquer acordo ambiental evoluísse na Conferência de Joanesburgo.

Na contramão desse cenário pessimista, o Brasil tentou se articular com seus recursos de potência média. Na época da Conferência, o Brasil estava passando pelo fim do governo FHC. Neste governo, a política externa brasileira supe-

rou a “crise de paradigma” do Pós-guerra Fria e adotou o conceito de “autonomia pela participação”, onde o país deveria participar ativamente da construção da nova ordem internacional, sem se alijar como nos tempos da “autonomia pela distância”. O Estado brasileiro passou por uma série de reformas, baseadas no neoliberalismo, onde foram adotados a abertura econômica e o modelo de Estado mínimo, com o objetivo de buscar a melhor inserção em um mundo globalizado. Porém, com os atentados de 11 de setembro de 2001 e a eleição de George W. Bush, o paradigma de política externa teve que ser redirecionado. O unilateralismo ganhou força ao redor do mundo e a ideia de mundo globalizado e governado por instituições multilaterais ficou enfraquecida. O conceito de “autonomia pela participação” foi atenuado devido a essas mudanças sistêmicas e o país voltou-se para a execução de uma diplomacia para resultados concretos.

Ao início da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, o Brasil já buscava ganhar espaço de maneira mais independente e afastado dos interesses dos países desenvolvidos. Em Joanesburgo, o país defendeu a assinatura do Protocolo de Quioto por todos os países, cobrou o fim do protecionismo dos países ricos e argumentou em favor das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”. Além disso, a “Proposta Brasileira de Energia” teve um papel relevante nas negociações. Ela propunha que os países aumentassem suas matrizes energéticas renováveis para pelo menos 10% de seus totais, mas não foi aceita. Nesse caso ficou decidido que cada país ficaria livre para atingir uma meta, sem qualquer prazo, para adoção de fontes de energia renováveis.

Joanesburgo foi uma cúpula de divergências. Além dos conflitos tradicionais Norte/Sul, houve conflitos também no eixo Norte/Norte e Sul/Sul. Europa e Estados Unidos posicionaram-

se em lados opostos em relação ao aquecimento global. Em relação aos países do Sul houve divergências entre os menos desenvolvidos – que queriam enfatizar a erradicação da pobreza e o financiamento para saneamento básico – e os países de maior desenvolvimento como o Brasil – que queriam dar ênfase ao cumprimento e a implantação dos acordos firmados, reavaliar os padrões de consumo e incentivar o uso de energias renováveis e a transferência de tecnologia.

Para o Brasil, a pobreza não deveria servir de pretexto para afastar a percepção do agravamento dos problemas ambientais globais. Trata-se como se vê, de uma mudança significativa em relação à Conferência de Estocolmo, quando o país afirmava em tom contundente que a verdadeira poluição era a pobreza e que, portanto, esta deveria ser atacada por meio do crescimento econômico para que se pudesse então elevar os padrões ambientais (DUARTE, 2003, 54).

O Brasil procurou defender o legado da RIO-92 em Joanesburgo, ou seja, sua grande preocupação foi tentar manter o compromisso da transferência de 0,7% do PNB dos países ricos para o desenvolvimento dos pobres e a reafirmação do princípio das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”. Mesmo reconhecendo que houve poucas vitórias ao fim da Conferência, o país contabilizou como êxito a manutenção desse princípio da RIO-92. O Brasil ainda declarou ao final da Conferência que continuará trabalhando em prol do uso de energia renovável, firmando uma parceria com a União Europeia nessa área.

Em Joanesburgo, o Brasil se consolidou como uma figura-chave em temas específicos desta Conferência, em especial na questão da energia. Sua atuação foi voltada para a defesa do meio ambiente e do uso de energia renovável, muito disso por sua vantagem comparativa de possuir uma matriz energética limpa e a maior

biodiversidade do planeta. O país saiu fortalecido da Conferência, apesar desta ser considerada por muitos um fracasso em termos de avanço nas questões ambientais. O país se fez presente através de uma diplomacia forte que tinha o intuito de utilizar as vantagens de sua posição como potência média para a projeção do país como uma “potência verde” conseguindo maior espaço no cenário internacional. Sua posição em torno do desenvolvimento foi mantida, mas direcionada ao desenvolvimento sustentável e com um tom válido tanto para países do Norte como para países do Sul.

O que se notou, ao encerramento da Cúpula foi uma divergência de opiniões que são o resultado de visões diferenciadas em torno do meio ambiente. O resultado da Conferência foi positivo no sentido de projetar o Brasil como uma figura central na discussão ambiental, além de conseguir manter princípios-chave para os países em desenvolvimento, mas negativos em relação ao seu propósito de avançar em relação à Conferência do Rio. Muito do que foi discutido e que não pode ser alcançado em 1992, continuou sem solução em 2002.

2.5 Meio ambiente e soberania

O momento atual demanda a articulação e diálogo entre diversos segmentos não só do governo, como também da sociedade civil, com o objetivo de ampliar a cobrança por decisões que sejam pertinentes à promoção da sustentabilidade ambiental dentro de novos padrões de produção e consumo.

Embora a crise ambiental já tenha se anunciado há tempos, a agenda necessária para evitá-la não se impôs, mantendo-se as ações dos atores e as políticas públicas muito distantes dos objetivos mínimos necessários para uma reviravolta nas tendências nefastas que se anunciam

em relação aos recursos naturais que os dependem para sobreviver. A fragilidade ecológica é um dos pontos mais críticos do atual momento global. De acordo com Dupas: “a era da abundância em recursos naturais está acabando. [...] Mais alguns passos na direção errada, e o irreparável pode acontecer, sendo as gerações futuras as principais vítimas” (2007, 11).

Para evitar tal destino trágico, deve-se investir no espaço público disponível na agenda internacional. Com o fim da Guerra Fria, a Queda do Muro de Berlim e o relaxamento das tensões no sentido Leste/Oeste, o meio ambiente, conceituado então, como uma questão de alcance global, passou a ser destacado como uma das prioridades dos governos juntamente a outros temas globais, como os Direitos Humanos.

Tal mudança no espaço internacional não poderia ocorrer sem tensões intrínsecas ao seu próprio processo. A principal delas se refere à questão da soberania. A questão que se coloca hoje é que não é apenas com armas bélicas na fronteira que se poderá combater ações que minam ou destroem patrimônios nacionais. Coelho diz que “Soberania, no que se refere às questões propostas pela agenda ambiental, está intimamente ligada ao controle de informações e a seu eventual ordenamento por via multilateral” (1994, 253).

Assim, a soberania entendida na sua concepção clássica weberiana como monopólio do recurso à força legítima no interior dado, em relação às questões de meio ambiente é complementar à sua compreensão *vis a vis* a permeabilidade das fronteiras que se observa hoje. Ou seja, pensar política externa e meio ambiente hoje é considerar que existem processos que são desafios postos ao conceito tradicional de soberania. No caso da biodiversidade biológica, por exemplo, o desenvolvimento de biotecnologias

necessita da ajuda de novos instrumentos para se realizar, que sejam mais aprimorados, entre os quais a conscientização nacional dos novos tipos de riquezas e de como estão sendo ameaçados os patrimônios nacionais. Em função do já exposto em relação à biodiversidade poder-se-ia dizer que a soberania só poderá ser exercida através da sofisticação dos elementos de proteção tradicionais e a construção de nova matriz conceitual e legal para os problemas que surgem a cada dia.

No caso brasileiro, pode-se ainda citar o caso da Amazônia, que por seu tamanho e características abriga diferentes países e onde a soberania assume três dimensões diferentes. O primeiro, segundo Ricupero (1995, 365), na esfera nacional continuam a serem tratados exclusivamente os problemas internos de ocupação e desenvolvimento dos recursos naturais, sem ingerência de terceiros. Pertence à esfera bilateral toda a extensa gama de questões de convivência e vizinhança promovida pelos acordos internacionais. E, finalmente, a esfera regional abrange apenas os aspectos que transcendem um, dois ou três países e dizem respeito à totalidade da Bacia. Cada esfera deverá esgotar o limite de suas potencialidades quando as etapas anteriores se revelarem demasiado estreitas, ou seja, só se passa do nacional para o bilateral em último caso e assim por diante. Este exemplo da questão da soberania ambiental na Amazônia revela o quão complexo podem se tornar os processos de ocupação do espaço público internacional.

No caso das mudanças climáticas, o que antes era um tema marginal, restrito apenas aos ecologistas, transformou-se num dos pontos mais em foco em termos de política externa e meio ambiente. Atualmente, existe uma atenção muito grande por parte da imprensa internacional em relação ao tema. Na esfera nacional, a maioria dos países tem priorizado atenção à área, bem como a redução daqueles que se opõem a ações

nesse campo.

O Brasil, por sua vez, tem uma longa tradição nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas como já foi mostrado. Porém, de acordo com ex-ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia o país “é o oitavo maior emissor de gases CO₂, corresponde a 3% do total” (2008, 54). Nos últimos anos, o país tem aumentado as suas emissões em progressão geométrica, atingindo proporções preocupantes devido às suas altas taxas de desmatamento.

O país tem já envidado esforços no sentido de limitar suas emissões de gases de efeito estufa. A diminuição das emissões do desmatamento que se verifica na Amazônia de forma considerável nos últimos anos é a principal contribuição nesse sentido. Assim, pretende-se no futuro reduzir ainda mais essas taxas, o objetivo principal, é até 2020 eliminar 80% do desmatamento médio observado na região.

Outra iniciativa vem da limitação das emissões provenientes da queima de combustíveis fósseis, através de ações de ampliação do uso de fontes renováveis. Muitas dessas ações já estão em curso como o Proálcool (Programa Nacional de Biodiesel) e o Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica). Tais ações representam um primeiro passo do país em direção ao combate global contra a mudança climática.

Para Born & Neuhaus (2009, 01), o Brasil assume posição fundamental nas negociações internacionais sobre mudança do clima. Porém, para os autores, o seu protagonismo tem sido marcado por posições defensivas, de resistência a compromissos vinculantes, por um lado, e de ausência e ineficiência de políticas domésticas de enfrentamento das causas das emissões brasileiras.

3. Considerações finais

Analisando a trajetória brasileira em torno da questão ambiental, vemos uma mudança de valores que vai se consolidando ao longo do tempo. Tais valores foram sendo moldados através de consensos internos somados a limitações e oportunidades externas. Essas limitações externas influenciaram as posições brasileiras e a política externa em geral.

Em Estocolmo, o contexto internacional da détente foi fundamental para o posicionamento mais ativo do terceiro mundo. O Brasil aproveitou esse momento para promover seu crescimento, fazendo uso da política externa. Durante esse período a visão brasileira era de que o seu crescimento era uma prioridade inegociável, portanto em oposição às questões ambientais promovidas pela teoria de crescimento zero dos países desenvolvidos. A posição brasileira em Estocolmo é definida exatamente pelo projeto desenvolvimentista do governo militar, onde qualquer posição que pudesse obstar o crescimento econômico nacional deveria ser rechaçada com firmeza.

A Conferência do Rio ocorre num mundo cercado pelas incertezas do Pós-Guerra Fria e pelo surgimento da ideia de globalização e da integração de todas as regiões do planeta. Internamente, o Brasil passava por um período de turbulência com a consolidação da democracia brasileira e uma crise de paradigma na política externa. Tudo isso vai influenciar a posição brasileira dentro da Conferência, inclusive a proposta para cedia-la. O Brasil passou a atuar de forma proativa nas questões ambientais e conseguiu melhorar sua imagem de grande poluidor frente ao mundo.

Além disso, a Conferência do Rio teve como principal resultado o aumento do interesse

dos países pela elaboração de regimes internacionais, ideais ao novo mundo globalizado marcado pelas regras do mercado. Ao contrário dos demais tratados acordados, como por exemplo, a Agenda 21, que teve impactos marginais sobre os modelos de desenvolvimento dos países. O estabelecimento de regras e convenções em relação ao meio ambiente, além de se mostrar um processo longo que demandava a ratificação de muitos países para que entrasse em vigor, não atingia plenamente os objetivos acordados em função da grande disparidade entre os países do eixo Norte/Sul.

Finalmente, já em Joanesburgo, o país vai se tornar o maior defensor do desenvolvimento sustentável. Em um mundo com uma conjuntura desfavorável ao tema ambiental, devido à questão do terrorismo que preocupava as principais lideranças globais, o país busca um espaço de manobra para aumentar sua projeção internacional. Em um mundo globalmente mais

integrado em termos econômicos, mas ainda desintegrado na esfera política, passamos a ter um Brasil mais atuante na esfera multilateral, diferentemente da política externa de Estocolmo que era caracterizada com pelo paradigma da “autonomia pela distância”.

Ao longo de trinta anos, o país passa por uma reformulação de sua política interna que irá influenciar o rumo de sua política externa. Da mesma forma, o mundo passa por uma transformação radical de um sistema bipolar para um sistema multipolar ainda indefinido. No meio do caminho surge a preocupação ambiental e com ela a oportunidade de projeção para um país com um incrível potencial em recursos naturais e biodiversidade. Cabe aos formuladores de política externa, aproveitar essa oportunidade para fazer do Brasil uma potência nos moldes de sustentabilidade, que provavelmente irão pautar o sistema internacional no futuro.

Bibliografia

COELHO, P. M. P. O Tratamento Multilateral do Meio Ambiente: Ensaio de um novo espaço ideológico. Temas de política externa brasileira II / Gelson Fonseca Junior, Sergio Henrique Nabuco de Castro (organizadores). São Paulo: Paz e Terra: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1994.

DUARTE, Lillian C. B. Política Externa e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

DUPAS, Gilberto. A questão ambiental e o futuro da humanidade. Política Externa. São Paulo: Editora Paz e Terra, v. 16, nº 1, jun./jul./ago. 2007.

GUIMARÃES, Roberto P. Da oposição entre Desenvolvimento e Meio Ambiente ao Desenvolvimento Sustentável: Uma perspectiva do Sul. Temas de política externa brasileira II / Gelson Fonseca Junior, Sergio Henrique Nabuco de Castro (organizadores). São Paulo: Paz e Terra: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1994.

GREENE, Owen. Environmental issues In BAYLIS, John et alii. The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations. UK: IE-Oxford, 4ª Edição, 2008.

LAGO, André Aranha Corrêa do. As negociações Ambientais no Âmbito das Nações Unidas e a Posição Brasileira. Brasília: MRE, 2004.

Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 2007.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Mudanças Climáticas. CEBRI Dossiê: Desafios da Política externa Brasileira, vol. 1, ano 7, 2008.

MILANI, Carlos. O Meio Ambiente e a Regulação da Ordem Mundial. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 20, n.2, p.303-347, jul./dez. 1998.

RICUPERO, Rubens. A Cooperação Regional na Amazônia. Visões do Brasil: Ensaio sobre a história e a inserção internacional do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1995.

SILVA, Guilherme A. e GONÇALVES, Williams. Dicionário de Relações Internacionais. São Paulo: Manole Ed., 2010.

